



Ministério da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

**Ata da 111ª Reunião  
do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural  
25 e 26 de novembro de 2025**

Aos dias 25 de novembro de 2025, às 9h30, o Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, verificado o quórum, com a participação *on line* dos conselheiros Nivaldo Andrade, Karkaju Pataxó e a participação presencial dos conselheiros Izabela Tamasso, Ricardo Oriá, Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos, Tânia Verri, Carlos Eduardo Comas, Sylvia Ficher, Nádia Somekh, Flávio Carsalade, Antônio Nogueira, Márcia Sant'Anna, Luciana Carvalho e o Presidente; deu as boas-vindas a todos e abriu a 111ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Mencionou ser uma reunião muito especial, por ser a última nesta configuração, pois infelizmente o mandato de dezesseis conselheiros terminam em 6 de fevereiro de 2026: os mandatos dos representantes das cinco entidades (IAB, ABA, SAB, ICOMOS e ANPUH) e dos onze representantes da Sociedade Civil. Primeiramente o Presidente mencionou o **mês da consciência negra** e exibiu o vídeo "Proteja o patrimônio contra a discriminação: o bem é você que faz" (disponível no Youtube: [https://www.youtube.com/watch?v=N2zYKq5Ai\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=N2zYKq5Ai_8)). Em seguida, deu o informe sobre o Programa **Conviver**, distribuiu a publicação referente ao programa aos conselheiros, explicou que se trata de política pública voltada a pessoas que vivem nos centros históricos e que tem renda de até três salários-mínimos. Trata-se de programa do Iphan voltado para as pessoas que convivem diariamente com o patrimônio cultural nas cidades históricas do nosso país. O programa Conviver fornece assistência técnica gratuita a moradores de baixa renda de cidades históricas do Brasil para a preservação de suas casas e outros bens culturais das comunidades. A estratégia se baseia nos canteiros-modelo de conservação: núcleos de ensino e aprendizado onde professores e estudantes de Arquitetura, Engenharia, História, Antropologia, Conversação e Restauro, em universidades e institutos federais, trocam conhecimentos com a população para garantir a conservação preventiva de seus imóveis. O programa atende demandas históricas dessa população, com assistência técnica habitacional de interesse cultural e patrimonial, em conjunto com prefeituras e outros órgãos públicos. Foi exibido o vídeo do Programa Conviver (disponível no Youtube em: <https://www.youtube.com/watch?v=OBGSpk0PDak>). Em seguida o Presidente parabenizou toda equipe técnica envolvida, falou do Congresso Conviver, realizado no

mês de novembro na Universidade Federal de Goiás (UFG), reunindo especialistas e estudantes, e mostrou a ênfase do programa na questão da hipossuficiência. As publicações são parte de uma série que pretende chegar a muitas publicações e faz parte do compromisso de institucionalizar o trabalho do Iphan nos últimos anos. Em seguida, o Presidente submeteu ao Conselho duas decisões que foram tomadas pela Câmara Setorial de Patrimônio Material sobre arquivamentos de pedidos de tombamento. A Procuradoria recomendou que sejam submetidos à análise do Conselho, para manifestação conclusiva, pois havia tombamento provisório já publicado. Passou então a palavra ao Diretor Andrey, que explicou tratar-se **do Processo 01512.002006/2016-80, Processo de Tombamento nº 1800-T-16, que trata do Acervo da Fundação Ernesto Frederico Scheffel, no Rio Grande do Sul; e do Processo 01458.000086/2017-11, que trata da solicitação de tombamento Proc.1200-T-86, da Casa que pertenceu ao Marquês do Paraná, Sapucaia/RJ, Núcleo sede da Fazenda Lordello. O Diretor Andrey Schlee fez a contextualização dos debates na Câmara. O Presidente Leandro Grass abriu para manifestações. Nenhum conselheiro se opôs aos arquivamentos. O Presidente Leandro Grass declarou arquivados ambos os processos. Passou-se então ao processo de rerratificação de Petrópolis, dando andamento à pauta. Esse processo havia sido** retirado de pauta na última reunião, a pedido da conselheira relatora, para ter mais tempo de apreciar um pedido de impugnação que havia chegado ao processo. O Diretor Andrey Schlee deu informe sobre a reunião da Câmara Setorial de Patrimônio Material, reunida no dia 24 de novembro de 2025, que recomenda ao pleno do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que, ao analisar o **Processo nº 01458.000140/2022-96 Rerratificação do tombamento da “Avenida Koeler: Conjunto Urbano-Paisagístico (Petrópolis - RJ)”**, considere o conteúdo do Parecer Técnico do Departamento de Patrimônio Material – DEPAM/Iphan, **mantendo tombados as “pontas das calhas dos rios”**; bem como indica a necessidade do Depam, conjuntamente com a Superintendência – RJ, realizarem os devidos estudos para a definição das áreas de entorno dos mesmos trechos de rios. Dito isso, passou a palavra à conselheira relatora Tânia Verri, que fez a leitura do seu parecer (6916233). Após a leitura do parecer, abriu-se para o debate. As conselheiras Nádia Somekh, Márcia Sant’Anna, Izabela Tamaso, Nivaldo Andrade e Gustavo Rocha-Peixoto se pronunciaram no sentido de parabenizar os técnicos e a conselheira relatora e fazer um resumo contextualizado das discussões que ocorreram no âmbito da Câmara Técnica de Patrimônio Material. Passou-se então à votação do parecer da Conselheira Tânia Verri. Votaram: Nádia Somekh, Luciana Carvalho, Natalete Oliveira, Antônio Nogueira, Rafaela Felício, Isabela Pereira, Flávio Carsalade, Sylvia Ficher, Carlos Eduardo Comas, Rafael Morgado, Gustavo Rocha-Peixoto, a relatora Tânia Verri, Damiane Daniel, Ricardo Oriá, Izabela Tamaso, Nivaldo Andrade, Karkaju Pataxó, Samara Candeira Pinho de Souza e Naine Terena. O parecer da Conselheira Relatora Tânia Verri foi aprovado por unanimidade. O Presidente substituto Deyvesson Gusmão declarou então **aprovada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a rerratificação do tombamento do bem “CONJUNTO URBANO-PAISAGÍSTICO E**

**UNIDADES FABRIS DE PETRÓPOLIS - RJ**”, com atenção para essa mudança do nome, conforme consta do parecer, que foi aprovado por unanimidade. **Passou-se então ao próximo item de pauta, o Processo nº 01458.000659/2013-83, que trata do Tombamento 781-T-66, processo de Tombamento da Casa: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba – SP.** Passou-se a palavra ao Diretor Andrey para expor o bem, que fez uma fala sobre a diversidade dos bens que estão na pauta, e fez a apresentação 6918125. Passou-se então a palavra ao Conselheiro Relator Antônio Nogueira, representante da ANPUH, que leu seu parecer (6918233). O Diretor Andrey Schlee agradeceu e abriu para o debate. A Conselheira Izabela Tamasso falou da importância que é ter um historiador com assento no Conselho Consultivo, parabenizou o conselheiro relator pelos pontos fundamentais destacados por ele. Passou-se à votação do tombamento, a ser inscrito no livro do tombamento histórico e no livro do tombamento de belas artes, com a inclusão dos sete quadros a óleo que fazem parte da galeria, conforme o parecer do conselheiro relator. O Diretor explicou que não será necessária nova publicação, apesar desta inclusão, por serem bens móveis, mas que os técnicos farão o inventário dos sete quadros. Abriu-se então para votação. Votaram os conselheiros Izabela Tamasso, Ricardo Oriá, Damiane Santos, Tânia Verri, Gustavo Rocha-Peixoto, Rafael Morgado, Sylvia Ficher, Carlos Eduardo Comas, Flávio Carsalade, Isabela Pereira, Rafaela Felício, Antônio Nogueira, Natalete Oliveira, Márcia Sant’Anna, Luciana Carvalho, Nádia Somekh, e os conselheiros que estavam *on line* pelo aplicativo *Teams*: Nivaldo Andrade e Samara Souza. Foi aprovado por unanimidade. O Presidente declarou **APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O TOMBAMENTO DO PALACETE DEZ DE JULHO, em PINDAMONHANGABA - SP.** Houve pausa para o almoço. A reunião foi retomada às 14h com exibição de um filme sobre a Ourivesaria de Natividade (6932997), no contexto do próximo item de pauta, o **Processo nº 01450.017344/2007-05, que trata do Registro da Ourivesaria de Natividade, em Tocantins.** Presidente agradeceu a todos e cumprimentou todos que estavam acompanhando a reunião com interesse neste processo: vereadores de Natividade – Tocantins Joaci da Semente, Tiquim Junior, Badez, Elmar Cenourão, Regilda Cardoso, José Neto Belém, Clériston Fernandes dos Santos; as pesquisadoras Noeci Carvalho e Nei Clara Lima; Mestre Wal, ourives de Natividade; Simone Camelo, Tino Camelo, Secretário de Cultura de Natividade; e o Deputado Federal Vicentinho Junior. Além do Superintendente do Iphan em Tocantins, Danilo Curado. Passou-se a palavra então para o Conselheiro Relator Nelson Fernando Inocêncio da Silva, que fez a leitura de seu parecer (6918175). O Presidente agradeceu e mencionou que houve mesmo um esforço do Iphan para resgatar esses processos, abertos já há tantos anos, e dar andamento a eles, mesmo com as restrições do Iphan, com poucos servidores, mas que fazem um esforço técnico magnífico para dar andamento a esses processos. O desenrolar desses processos também se dá pelo engajamento de toda a sociedade. O Diretor Deyvesson Gusmão também agradeceu à equipe técnica, que fez a conclusão deste processo ser possível. Há uma construção de consensos entre os detentores, entre detentores e técnicos, entre técnicos, toda uma negociação e construção de sentidos, e nesse

processo houve mudança de categoria de livro de registro do bem. Inicialmente o pedido era para que o bem fosse incluído no livro de registro dos saberes. Depois de 18 anos de estudos, o que se sugere ao final é que seja incluído no livro das formas de expressão, que dá uma noção maior dos significados da Ourivesaria para toda a sociedade nativitana, pois não é relacionado apenas aos saberes e às técnicas, mas também a quem usa esses adornos e se relaciona com eles até com certa religiosidade. São vários sentidos envolvidos. E chegou-se assim a essa conclusão, de inscrição no livro das formas de expressão. Abriu-se então para o debate. A Conselheira Luciana Carvalho parabenizou o trabalho desenvolvido e fez uma fala sobre a matéria-prima dessa forma de expressão. A Conselheira vem da região de Tapajós, de ouro, onde há muito garimpo. O acesso à matéria-prima é um fator de grande preocupação. Não existe mais o pequeno garimpo. Todos os garimpeiros atuam hoje em imensos esquemas transnacionais. Esse registro precisa ser conduzido com muita delicadeza e com recomendação muito explícita ao plano de salvaguarda que deve mencionar que o acesso ao ouro deve ser feito de maneira lícita. Existem projetos de lei que pretendem tornar o ofício do garimpeiro em patrimônio cultural. Há projetos para garimpo sustentável, o que é uma incongruência pois o ouro se esgota, é bem limitado. É um ofício que responde sim pela história de ocupação deste país, a mineração de pequena escala e inclusive o garimpo hoje. Não se pode perder de vista as conexões dessa atividade com violações a direitos: direitos dos povos indígenas, direitos trabalhistas. O Iphan precisa dar um recado muito firme colocando ênfase nos processos de salvaguarda. O dossiê de 2007 faz uma pequena menção às condições de acesso à matéria-prima, com cumprimento à legislação ambiental e mineral. Nossa legislação mineral está totalmente defasada. Então causa muita preocupação o que esse registro pode ensejar. Se a Ourivesaria pode ser patrimônio, por que o garimpeiro que fornece a matéria-prima não pode ser? Como o Iphan vai lidar com esse argumento? A salvaguarda precisa ser muito firmemente defendida para evitar que esse registro incentive o garimpo. Movimentos de grandes empresários do garimpo estão pressionando para serem também patrimônio. Conselheira Márcia Sant'Anna comentou de outros aspectos. Elogiou o filme de registro, muito interessante, que mostra bastante bem os vínculos desse modo de fazer com várias outras questões, mas a conselheira expressou sua dúvida em relação ao livro a ser registrado. Embora o filme tenha sido instrutivo, não temos elementos para tomar decisão sobre em qual livro o registro, se aprovado, deve ser inscrito. A conselheira não está convencida que se trata de uma forma de expressão. E concordou com a Conselheira Luciana Carvalho que realmente faltou no processo a parte das recomendações de salvaguarda. O Diretor Deyvesson Gusmão mencionou que será preciso sim enfrentar de forma mais assertiva esses processos de reconhecimento que são feitos pelos poderes legislativos, que não têm nenhuma vinculação aos processos do Iphan. O Iphan terá sim o maior cuidado quanto às questões levantadas em relação ao garimpo, nos planos de salvaguarda. Sobre o enquadramento no livro dos saberes, a criatividade e a relação que é construída a partir desses adornos são muito fortes e muito representativas na sociedade. É esse o principal argumento para inscrição no livro dos

saberes. A Conselheira Márcia Sant'Anna argumentou que essas categorias dos livros de registro não são estanques. Todos os ofícios têm vínculos com formas de expressão e celebrações daquele território. São interligações que sempre ocorrem. O que prevalece na Ourivesaria é ofício, deve ser inscrito no livro dos saberes e não no livro da forma de expressão. Procedeu-se à votação pela aprovação ou não do registro; e em qual livro. O Conselheiro Carlos Eduardo Comas sugeriu inscrever nos dois livros, mas foi esclarecido que o Decreto não permite isso, deve ser escrito em apenas um livro. A Conselheira Sylvia Ficher questionou o que os detentores preferem, como eles se vêem. O Diretor Deyvesson explicou que isso foi negociado com os detentores. Deu o exemplo das Congadas de Minas, que o entendimento começou como em um livro e foi registrado ao final em outro. Convidou a Professora Noeci para se pronunciar. Ela esclareceu que a pesquisa trabalhou com os ourives. Ao longo da pesquisa, viu-se que a atividade tem relação muito forte com a expressão daquela população. Essas informações estão todas no dossiê. A pesquisadora revelou que gosta mais da ideia do Ofício, e não das formas de expressão. Passou a palavra para Simone Camelo, cujo tio era o último ourives daquela região e ela fez todo o esforço junto com mestre Bisa e mestre Wal para recuperar esse ofício e manter esse trabalho dos ourives vivo. A Detentora Simone Camelo falou do esforço para sustentar essa continuidade e manifestou sua preferência pela inscrição no livro dos ofícios. São os ofícios que têm maior peso, e não a forma de expressão. A maior preocupação é um plano de salvaguarda muito bem elaborado, após esse reconhecimento. O Presidente Leandro Grass fez a leitura do decreto que institui o registro dos bens imateriais, para esclarecer a questão dos livros: "Livro de Registro dos Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Livro de Registro das Formas de Expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.". O Conselheiro Nelson Inocêncio mencionou que seu parecer já defende que os detentores reivindicam o registro no livro dos saberes e modos de fazer. É uma reivindicação que está posta em 2007, no início do processo. Conselheiro Antônio Nogueira mencionou que ficou bastante claro que se trata de registro de Ofício, no livro dos Saberes, de Ofícios, com ênfase na política de salvaguarda. Passou-se então à votação. Foi aprovado por unanimidade o registro no livro dos saberes. Os votantes foram: Ricardo Oriá, Damiane Daniel, Tânia Verri, Rafael Morgado, Carlos Eduardo Comas, Sylvia Ficher, Flávio Carsalade, Luciana Carvalho, Isabela Pereira, Nelson Inocêncio (relator), Ana Carolina Gelmini, Antônio Nogueira, Natalete Oliveira, Márcia Sant'Anna, Nádia Somekh, Izabela Tamasso, Nivaldo Andrade e Samara Souza. O Presidente Leandro Grass declarou então **APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O REGISTRO DA OURIVESARIA DA CIDADE DE NATIVIDADE, EM TOCANTINS, para inscrição no livro dos saberes.** O Presidente Leandro Grass passou a palavra ao Superintendente do Iphan em Tocantins Danilo Curado, que parabenizou a todos e passou a palavra à Cejane, que foi a superintendente anterior e atuou ao longo de todo esse processo, que relatou emocionada o desenvolvimento do processo e agradeceu a todos. A professora Noeci fez uma homenagem à Senhora Dias de Assis Candeias, que participou da pesquisa, que foi trabalhadora rural e

aprendeu esse ofício. Dando continuidade à pauta, passou-se ao **Processo nº 01450.014958/2010-22, que trata do Registro do Ofício das Tacacazeiras na Região Norte**. O Presidente Leandro Grass registrou a presença das convidadas detentoras. Cumprimentou também os superintendentes do Iphan da região norte, que estavam presentes. Parabenizou toda realização da COP 30, a conferência do clima, na qual o Iphan participou ativamente. Tudo isso reforça a importância da Amazônia e a importância da região norte aqui para o Iphan. O Diretor Deyvesson apresentou o bem, mediante a apresentação do vídeo (disponível no *Youtube* em [https://www.youtube.com/watch?v=ZNTJ\\_ZPCj5w](https://www.youtube.com/watch?v=ZNTJ_ZPCj5w)). Explicou que a instrução técnica foi feita pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), com recursos de emenda parlamentar do senador Jader Barbalho. Passou-se então a palavra à Conselheira Relatora Izabela Tamaso, que fez a leitura do seu parecer (6933196). O Presidente Leandro Grass agradeceu pelo belíssimo parecer, falou da necessidade de compartilhar a política pública do patrimônio com o Brasil inteiro, no movimento de registrar ofícios e saberes da região norte, candidatura dos teatros da Amazônia e tantos outros avanços, colocando a região norte valorizada e falando sobre o que é o nosso Brasil. Agradeceu aos servidores do Iphan da região norte, saudou a presença de Beatriz Evanovick (Superintendente do Iphan no Amazonas – AM), Michel Flores (Superintendente do Iphan no Amapá - AP), Larissa Guimarães (Superintendente do Iphan em Roraima - RR), Danilo Curado (Superintendente do Iphan em Tocantins), Cristina Vasconcelos Nunes (Superintendente do Iphan no Pará - PA), Maria de Nazaré Oliveira (Manaus-AM), Ivanete Pantoja (Belém – PA), Samia Yuka (Macapá - AP), Keila Carneiro (Boa Vista - RR), Irene Moraes Costa (Boa Vista - RR), Cilene Miguel (vereadora), Úrsula Vidal (Secretária de Estado da Cultura do Pará), Neide Freitas Sobrinho (Belém – PA). Abriu a palavra para o debate. A Conselheira Márcia Sant’Anna agradeceu o parecer tão instrutivo que retoma o que foi construído nos mais de vinte anos de política do patrimônio imaterial. O parecer deve ser assim: descrever o bem e encaminhar de maneira muito sólida o que é preciso fazer para salvaguardar esse bem. Parabenizou a relatora. Este parecer deve servir de modelo para registros de patrimônio imaterial. O Conselheiro Antônio Nogueira também parabenizou a relatora, o quanto o bem traz as referências do norte do Brasil, durante muito tempo tivemos dificuldade dessa identificação, o Tacacá traz essa identidade da região norte. Presidente Leandro Grass agradeceu aos pesquisadores envolvidos no processo, inclusive a conselheira Luciana Carvalho, que não poderá votar exatamente por isso. O registro foi aprovado por unanimidade. Os votantes foram: Nádia Somekh, Márcia Sant’Anna, Natalete Oliveira, Antônio Nogueira, Ana Carolina Gelmini, Nelson Inocência, Isabela Pereira, Flávio Carsalade, Sylvia Ficher, Carlos Eduardo Comas, Rafael Morgado, Tânia Verri, Damiane Santos, Ricardo Oriá, Izabela Tamaso, Nivaldo Andrade e Samara Souza. O Presidente Leandro Grass declarou **APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O REGISTRO DO OFÍCIO DAS TACACAZERIAS DA REGIÃO NORTE** como patrimônio cultural brasileiro. O Presidente Leandro Grass abriu a palavra para manifestações do público. Leu a carta enviada pela Senador Jader Barbalho: “O tacacá é muito mais do que um prato. É um símbolo da nossa gente, o



sabor do Pará servido em uma cuia. Cada cheiro, cada gole, cada lembrança que ele desperta conta um pedaço da nossa história. E quem mantém viva essa tradição são as nossas tacacazeiras – mulheres amazônicas que carregam, nas mãos e no espírito, um saber ancestral que não se aprende em livro, mas dentro de casa, no fogão, no convívio com a família. (...) Apoiar o registro do Ofício de Tacacazeiras como patrimônio cultural imaterial é, antes de tudo, um gesto de respeito às nossas origens. (...). Valorizar o tacacá é valorizar nossa cultura, nossa economia e a força daqueles que sustentam essa tradição. Portanto, mais uma vez, agradeço a todas as pessoas envolvidas nesse processo. Agradeço, também, às tacacazeiras e tacacazeiros de todas as regiões do Pará e de toda a Amazônia, que contribuíram para que hoje pudéssemos eternizar esse símbolo identitário e cultural inestimável para toda a Região Norte, que carrega a história, a tradição e a força da floresta e de seus povos.” Convidou a secretária Úrsula representando os secretários de cultura da região norte, para fazer uso da palavra. Úrsula cumprimentou a todos, falou do momento muito importante por reafirmar o processo de reconhecimento de uma identidade regional, mas estamos falando de partilha, os modos de produção alimentar, que nos chama atenção para nossa ancestralidade, que muito nos ensina nesse momento de crise civilizatória. É uma experiência do comum, do comunitário, do coletivo. Essas mulheres são chefes de família e nos ensinam a valorizar modos de vida coletivos, afetivos, que nos ensinam sobre a importância da memória. O Iphan é muito importante para nós na Amazônia. Ao longo dos últimos meses vivemos uma experiência de reconexão cultural com a candidatura dos nossos teatros. Mas o que comemos é o que somos. Sejam essas mulheres que partilham vida, sabedoria e a comida que alimenta a alma. As detentoras então fizeram uso da palavra, representando todas as tacacazeiras do norte, agradecendo a todos, mencionando que estar aqui nesta reunião é uma vitória, para elas e para todas que vieram antes dela, toda a ancestralidade, que o tacacá sustentou tantas famílias. Agradeceu a todos. A detentora Ivanete Pantoja falou da Associação que ela é a presidente, e Neide é a vice-presidente, falou da parceria do Iphan com a Associação, contou da experiência dela, que foi criada com a renda do Tacacá. Manter esse legado é motivo de muito orgulho. Esse momento é único e tacacazeiras vão se fortalecer cada vez mais. Valorizar esse patrimônio que agora não é mais só do estado, não é só da região norte, mas é do Brasil! A detentora Sâmia falou que o Tacacá não é só a iguaria, são essas pessoas, e trouxeram tacacá para todos experimentarem. São iguarias especiais e dão destaque especial ao nosso legado. Agradeceu que o Iphan está dando essa oportunidade. É essa a cultura que queremos representar. A detentora Keila de Roraima relatou que tomou Tacacá toda a sua vida e finalmente aprendeu a preparar o Tacacá. É venda de beira de calçada, no finzinho da tarde, e começou a vender o Tacacá e é maravilhoso ter essa profissão. A superintendente Cristina, superintendente do Pará, fez uso da palavra, falando em nome de todas(os) as(os) superintendentes do Iphan da região norte, dos sete estados da região norte, demonstrou muito orgulho em estar reconhecendo esse bem, que é cultura, que é alimento. Ouvir o parecer, que relata a história das tacacazeiras, foi motivo de muita

emoção. A superintendência está em negociação com o SESC e com o SEBRAE para fortalecer as ações de salvaguarda. Na COP 30 conseguiu-se que houvesse tacacazeiras em cada uma das zonas de negociação. Vamos continuar assim. Agradeceu pelo reconhecimento da cultura do norte. O Presidente Leandro Grass agradeceu aos técnicos, às detentoras, falou da realidade do norte, que tem desafios próprios para fiscalização, para monitoramento, para implementação das políticas públicas. Está-se escrevendo uma nova história do patrimônio cultural brasileiro. Passou-se assim ao próximo item de pauta: a candidatura do forró como patrimônio mundial da humanidade. Sugeriu passar o item de pauta de revalidação do Maracatu Nação para o dia seguinte, dado o avançado da hora. Todos concordaram. Foi exibido então um recorte de cinco minutos de um vídeo sobre a candidatura do forró (disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=VtbyANOiwTE>), em relação a o **Processo nº 01408.000023/2022-18, que trata da Candidatura do bem Matrizes Tradicionais do Forró à Patrimônio da Humanidade**. Em seguida ao vídeo, o Diretor Deyvesson Gusmão explicou quais são os requisitos para a candidatura e que o forró atende aos requisitos da UNESCO. Explicou que a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial entendeu como pertinente esta candidatura. Do ponto de vista formal o processo está pronto para ser apresentado como candidatura à UNESCO. Mencionou a Resolução nº 1 de 2009 que trata desse procedimento. Falou dos requisitos de elegibilidade e dos critérios de seleção, e mostrou que essa candidatura atende a todos. Mencionou ainda que o processo tem amplo apoio da comunidade. Submeteu então ao Conselho para votar se aprovam que o Iphan encaminhe essa candidatura. A indicação foi aprovada por unanimidade. O Presidente **declarou aprovada a indicação da candidatura das matrizes do forró como patrimônio mundial da humanidade**. A reunião foi suspensa para retomada no dia seguinte às 9h. Às 9h20 do dia 26 de novembro de 2025 a reunião foi retomada. O Presidente Leandro Grass deu boas-vindas a todos os participantes e deu sequência à pauta, com o **Processo nº 01458.001624/2012-81, que trata do Tombamento do Edifício da antiga Repartição Central de Polícia, Rua da Relação, nº 40** (antigo **Departamento de Ordem Política e Social - DOPS**), Rio de Janeiro – RJ. Falou da importância do dia, do significado do tombamento, passou a palavra ao Deputado Federal Pastor Henrique Vieira, que parabenizou o trabalho realizado nesta gestão do Iphan, em termos técnicos, profissionais e de sensibilidade humana, social, de visão de mundo e de país. Como morador do Rio de Janeiro – RJ, o tombamento do DOPS não é qualquer detalhe. O deputado explicou que ele é formado em palhaçaria, no Teatro, e que foi ator no filme Marighella, dirigido por Wagner Moura, no papel de um Frei Dominicano torturado pela ditadura. Uma das referências na formação do Deputado é o Frei Tito de Alencar Lima, que também foi preso e torturado pela ditadura militar. Portanto, atuar no papel de um Frei no filme Marighella foi muito marcante. A memória sensível é tão importante para amadurecer a cultura de direitos humanos. O apagamento é parte de mecanismos autoritários. Ele parabenizou e agradeceu ao Iphan por não permitir esse apagamento. O Presidente Leandro Grass agradeceu e enfatizou que a memória é para que tudo isso não se repita. Assim o



Iphan faz e assim continuará a fazer. Passou-se a palavra ao Diretor Andrey Schlee, para apresentação do bem em pauta. O Diretor discorreu sobre a importância de dar tratamento a esses locais de memória, locais de dor, locais de tortura, locais que foram cenário da violência do Estado brasileiro. O diretor discorreu sobre o bem em questão com auxílio de uma apresentação (6918087). O objetivo inicial do pedido de tombamento era preservar o edifício pelos seus valores arquitetônicos de belas artes. Discorreu sobre toda a história do prédio e do processo. O Presidente Leandro Grass agradeceu a exposição do Diretor Andrey Schlee, registrou a presença da Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, Patrícia Wanzeller, registrou a presença de vários técnicos, de Fabrícia Teixeira (coordenadora-geral da superintendência do Iphan no RJ), do Pai Adailton, da Cecília Coimbra (Fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais e ex-presa do DOPS), do Chico Rubens Paiva (neto do Rubens Paiva), a Jessie Jane professora titular da UERJ e também ex presa política, solicitou que registrem ao cerimonial para que possa mencionar o nome de todas e todos. Passou então a palavra ao conselheiro relator Ricardo Oriá, que fez a leitura de seu parecer (6918152). O conselheiro relator foi ovacionado após a leitura de seu brilhante parecer. O Presidente Leandro Grass agradeceu por todo o trabalho realizado. Esse processo vai muito além do tombamento, faz justiça, faz reparação histórica. O Presidente agradeceu também todos os servidores envolvidos nesse processo. Hoje demos um passo muito importante para que a memória seja também em defesa da democracia. Processo de encontro do Brasil com si mesmo, com a sua história. Mencionou a presença da Presidente da Funarte, Maria Marighella (neta de Carlos Marighella). O Conselheiro Nivaldo Andrade parabenizou o Iphan pela iniciativa, pelo excelente trabalho realizado, em nome de Cecília Coimbra louvar os sobreviventes da ditadura militar que estão aqui hoje. Saldou a amiga Maria Marighella, cujo avô foi tão importante na luta contra a ditadura. O Conselheiro espera que esse tombamento seja o primeiro de vários tombamentos de espaços de memória, espaços de dor, espaços que são tão importantes para a preservação da democracia em nosso país. Convidou os presentes a assistirem a defesa de tese de Doutorado do arquiteto Yan Graco Dantas Cafezeiro, intitulada “Os Lugares de Consciência das Ditaduras Militares Argentina, Brasileira e Chilena: um olhar ampliado para sua salvaguarda”, que será realizada no dia 27 de novembro às 14h na Universidade Federal da Bahia com transmissão *on line*. O Conselheiro Flávio Carsalade registrou a emoção de ter participado deste momento, o parecer realmente emocionou a todos, no que diz respeito à liberdade e à luta pelos nossos direitos civis. O momento foi realmente muitíssimo emocionante. Reforçou a necessidade de o prédio mudar de proprietário, da Polícia Civil para a Secretaria de Patrimônio da União - SPU, para que o prédio vire um museu em prol da democracia. A Comissão Nacional da Verdade estimula que outros centros sejam reconhecidos no Brasil, e para tanto o Conselheiro Carsalade sugere um tombamento seriado. Na medida em que fossem aparecendo novos processos, eles fossem se agregando, para fazer o conjunto da memória sensível. Terminou com a fala “Tortura Nunca Mais”. A Conselheira Alessandra Ribeiro também se declarou muito emocionada, falou da Marcha das Mulheres Negras ocorrida no dia

anterior ao desta reunião, pela reparação histórica e pela memória. Uma senzala seria como o DOPS, como significar essas tragédias pelas quais esses corpos foram atravessados neste país. É preciso pensar na população negra e indígena, nessa luta pela preservação e melhoria da nossa democracia. A Conselheira Márcia Sant'Anna também falou da emoção do momento e agradeceu o brilhante parecer. Ela teve o pai dela preso, exilado, e quando voltou do exílio foi preso no DOPS, nesse prédio que agora está sendo tombado. É de fato um momento histórico. Patrimônio é prática social para garantia de direitos humanos. Precisamos ampliar esse raciocínio a todos os sítios de memória sensível vinculados a genocídios indígenas e violação de direitos da população negra. Sugere que no comitê a ser formado para a gestão deste edifício se incluam aqueles que ali foram torturados e ainda estão vivos. O Conselheiro Antônio Nogueira se manifestou também pela grandeza do momento, que atravessa a todos em vários sentidos, esse passado que é tão presente na nossa sociedade. Parabenizou o conselheiro relator. A Conselheira Sylvia Ficher também falou da emoção do momento e reforçou a questão de estudo e tombamento para além do Rio de Janeiro, na ideia do tombamento seriado, inclusive a Rua Tutoia em São Paulo – SP. Mencionou que o primo dela ficou preso na cela ao lado do Vladimir Herzog. Ter a participação dos sobreviventes é muito importante mesmo. A Conselheira Luciana Carvalho falou à Cecília Coimbra (que estava acompanhando a reunião *on line*) que frequentou a casa dela nas reuniões dos sindicatos, de movimentos de base, de movimentos de igreja, que tanto contribuem para formação da sociedade. Ela e o grupo Tortura Nunca Mais ensinaram tanto a tanta gente. O Conselheiro Gustavo Rocha-Peixoto também elogiou o parecer do conselheiro relator, por ter trazido emoção ao nosso ambiente e por fazer pensar na complexidade que será tratar com esse edifício. Mencionou vários outros momentos da história do Brasil com abuso da violência do Estado contra sua própria população. Estamos vivendo esse período que nos permite reconhecer esses locais, é preciso reconhecer todos, pois não sabemos do futuro. A Conselheira Izabela Tamasso também pediu a palavra para parabenizar e afirmar que patrimônio é também festa e celebração, mas é e deve ser campo de luta, de conflitos, de reviver memórias de dor, violências, mortes, traumas e de uma nação marcada pela violência do Estado. O patrimônio que aqui se elege cumpre com o compromisso de âncora histórica e contribui com a memória do passado sombrio. A memória é tão mais crível quanto mais tangível. A Conselheira Loredana Ribeiro falou do evento na UnB sobre Arqueologia mas fez questão de participar da reunião do Conselho para se despedir dos colegas, considerando que os mandatos terminarão em breve, e quis parabenizar muito o relator e o Iphan. Falou da importância de atividades arqueológicas no DOPS e mencionou que as escavações no DOPS de São Paulo estão acontecendo agora. As escavações em espaços de tortura na Argentina trouxeram muitas informações, sobre o cotidiano das práticas repressivas e das pessoas detidas. Foram trabalhos realizados com os sobreviventes e com as famílias. Muito importante que o Iphan tenha colocado esse processo em pauta no mês de novembro. Ela se despediu de todos e se disse muito grata por ter sido conselheira, onde aprendeu muito como cidadã. A Conselheira Desirée Tozi em nome do Ministério

da Cultura mencionou o quanto é importante esse reconhecimento. A memória é um direito que abre porta para outras memórias. Que a partir da patrimonialização, possamos abrir outros direitos. Reconhecer, preservar e dar um novo uso. Sugere uma parceria, um acordo de cooperação, para gestão do Edifício. O Conselheiro Nivaldo Andrade ressaltou que se está propondo inscrição no livro de Belas Artes e no de História, mas seria interessante hierarquizar deixando claro que a importância histórica é muito superior à importância arquitetônica. O Conselheiro Carlos Eduardo Comas concordou com os conselheiros Gustavo e Nivaldo no sentido de definir o uso que se quer dar ao Edifício, envolvendo a criação do Museu em prol da democracia, sugeriu ação conjunta entre Ibram e Iphan para essa ação conjunta. Há intenções conflitantes: há a intenção de um local de memória e há a intenção de um museu da polícia. O Presidente Leandro Grass esclareceu que o prédio é da União, mas está cedido à Polícia Civil do Rio de Janeiro, já há gestões para SPU retomar o prédio para o museu da memória da ditadura em prol da democracia. O Diretor Andrey Schlee falou da importância em conciliar o livro das belas artes com o livro histórico. Mencionou que há espaços assim em muitas cidades do Brasil, grandes, médias e pequenas, contou da família dele, cujo pai foi torturado na rua 8 em Pelotas no Rio Grande do Sul, que já é espaço tombado, mas precisa ser discutido o uso, deste e de todos os locais de tortura na ditadura militar. Foi iniciada a votação. O tombamento foi aprovado por unanimidade. Votaram presencialmente Izabela Tamasso, Gustavo Rocha-Peixoto, Damiane Daniel Santos, Ricardo Oriá, Loredana Ribeiro, Nelson Inocêncio, Rafaela Felício, Luciana Carvalho, Antônio Nogueira, Alessandra Ribeiro, Márcia Sant'Anna, Rafael Morgado, Isabela Pereira, Flavio Carsalade, Sylvia Ficher, Carlos Eduardo Comas e Desirée Tozi. E votaram remotamente Nivaldo Andrade, Nádia Somekh e Naine Terena. O Presidente também votou favoravelmente e declarou

**APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O TOMBAMENTO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA, RUA DA RELAÇÃO, N.º 40 (ANTIGO DOPS), RIO DE JANEIRO - RJ,** conforme parecer do conselheiro relator. Presidente Leandro Grass passou a palavra à Cecília Coimbra, do Grupo Tortura Nunca Mais. Ela agradeceu a todas que conseguiram sobreviver, esse foi o primeiro passo na luta que vai continuar, para reconhecer a política de memória, memória de dor, de lágrimas, de perdas. Agradeceu a todos. Passou a palavra a Jessie Jane (Professora titular de História da UERJ, diretora do Arquivo Público do RJ e ex-presa política), que acentuou o valor histórico deste prédio, falou dos atravessamentos múltiplos, o prédio representa na sua estrutura física uma opção do Estado brasileiro pela repressão de várias classes. Parabenizou a todos. Os jovens precisam permanecer nessa luta pela democracia. O Presidente passou a palavra ao Felipe Nin, do Coletivo Memória, Verdade, Justiça e Reparação – MVJR, do Rio de Janeiro; e do Movimento Ocupa DOPS. Felipe falou da relação dele com o prédio, que teve familiares torturados ali, posteriormente assassinados pelo Estado, vem estudando o prédio há muitos anos, junto com arquitetos. Vêm denunciando o abandono do prédio e a possibilidade de se criar ali um museu da polícia; falou da história do prédio em muitos momentos da história do Brasil, que o Ministério Público foi fundamental em todo esse processo,

parabenizou o Iphan pelo tombamento. A superintendente do Iphan no Rio de Janeiro também fez uso da palavra para agradecimento aos técnicos Carolina e Regina, que trabalharam arduamente, com questões técnicas e com muita emoção, falou dos obstáculos para acesso ao prédio, cumprimentou também Cecília Coimbra e agradeceu por todos os ensinamentos, falou da dificuldade de lidar com patrimônio tão doloroso, e falou sobretudo para Maria Marighella, dizendo que foi muito grata por ter conseguido gerir esse processo. Está-se tombando um prédio, mas memórias de pessoas que foram desaparecidas. Os que morreram ali estão aqui presentes com todos nós. A todas as Marias que perderam durante a ditadura militar, que se sintam ao menos recompensadas por tanto sofrimento. Homenagem a todas as mulheres que passaram por aquelas solitárias, para que nunca mais nenhuma mulher perca o filho sendo torturada. Maria Marighella então fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, falou do dia de muita emoção, dia histórico, estamos diante de uma dívida impagável com todos que foram vítimas de violação de direitos humanos. Mas precisamos cobrar essa dívida, embora ela seja impagável. As violações são imbricadas, não são isoladas, a política de apagamento existia para manutenção do poder. Está-se agora refazendo esse tempo. O avô dela, Marighella foi torturado por vinte e um dias por Filinto Muller. Nossas dores estão entrelaçadas. É preciso contar aos jovens, a toda a sociedade, que com aquelas ações adiamos o sonho de um país justo, menos desigual. A memória deve redundar os nossos sonhos. A cultura proporciona coesão social e manutenção da democracia. O reconhecimento da dimensão cultura para promoção de um outro país, sonhado por tantos e tantas. Essa agenda é de todos. O Presidente Leandro Grass agradeceu a todos, mencionou vários projetos que estão em andamento para resgate de memórias sensíveis. Foi feito um intervalo de dez minutos. Às 12h30 a reunião foi retomada, com exibição do filme ([https://youtu.be/QkwL9-IWn8g?si=adYyIQZIPbI71\\_FQ](https://youtu.be/QkwL9-IWn8g?si=adYyIQZIPbI71_FQ)) em relação ao **Processo nº 01458.001042/2013-85, que trata do Tombamento da Fábrica de Tecidos São Luis, em Itu - SP**, próximo item de pauta. Passou-se a palavra para Conselheira Relatora Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos, para leitura de seu parecer (6918187). Abriu-se para o debate. A Conselheira Izabela Tamasso fez uso da palavra para dizer que alguns atores dessa história não estão presentes no relato, como por exemplo o relato de como a caldeira saiu do Porto de Santos e chegou em Itu, ou alguma referência à palavra “operária”; ou seja, omite sujeitos importantes que fizeram a fábrica acontecer. A conselheira indicou assim algumas lacunas nesse processo histórico. A Conselheira Sylvia Ficher se manifestou sobre a forte ligação entre indústria e engenharia, achou o relato muito interessante, deu mais uma dimensão para importância do bem na história da industrialização. O Conselheiro Antônio Nogueira concordou com a ausência da discussão do patrimônio industrial, que virou uma subárea do campo do patrimônio que precisamos enfrentar e trazer para o centro. O processo mostra o estado de São Paulo como berço da industrialização, quando na verdade havia indústrias em várias outras regiões do país. Parnaíba tinha indústria da cera e da carnaúba, Bahia indústria do algodão. Temos de trazer essa visão do patrimônio industrial pelo Brasil. Havia engenheiros produzindo

esse conhecimento e essas arquiteturas em vários locais. O bem em questão é precioso, é importante valorizá-lo, mas precisamos trazer essa discussão para o centro da política de patrimônio cultural. O que foi valorizado no primeiro parecer de hoje, que foram as memórias e as pessoas, neste bem há essa lacuna. Essa fábrica começa com mão de obra escravizada, e isso nem aparece no dossiê. Houve presença mista de escravizados e assalariados nesse processo, e esse mundo do trabalho não apareceu junto com a arquitetura e com a técnica. O maquinário é acionado por mãos e por braços que têm memórias. Está faltando isso no processo de tombamento. É preciso pensar além da paisagem arquitetônica e pensar inclusive na paisagem sonora da fábrica, que é um marcador temporal da história dessas cidades, uma memória sonora que também se torna memória de um patrimônio difícil. Sabe-se da exploração dos trabalhadores, questões de saúde dos trabalhadores, o quanto as mulheres eram exploradas, trabalhavam por doze horas seguidas, o barulho das máquinas era insuportável, muitas perdiam as mãos, todo um universo que está invisibilizado. O processo trouxe o ponto de vista dos proprietários do processo industrial paulista, muito bem articulados com a dimensão turística. A narrativa desta fábrica que está sendo contada não traz a diversidade de narrativas que é preciso trazer. Terminou destacando dois aspectos trazidos: a educação patrimonial e a acessibilidade cultural, sendo a acessibilidade um ponto ainda não enfrentado nos processos do IPHAN. Chamou a atenção sobre qual educação patrimonial é essa? Que narrativas, que memórias estão sendo contadas? É necessário ter um olhar diverso na educação patrimonial incluindo todos os atores que são invisibilizados no processo, qualificando assim o tombamento. A Conselheira Alessandra Ribeiro mencionou essa problemática do estado de São Paulo que parece ter uma vergonha histórica de contextualizar o período cafeeiro, que talvez seja o que permite que o estado tenha virado a potência que virou. Uma fábrica dessa dimensão em cidades pequenas já evidencia a herança colonial, o peso dessas hierarquias, tudo isso precisa aparecer nessa dimensão do patrimônio. O Diretor Andrey Schlee concordou com os conselheiros e explicou que o Iphan realmente não avançou em outras narrativas mais atualizadas e a conselheira recebeu apenas o material que o Iphan enviou, que realmente teve essa lacuna. Disse ainda que os proprietários estão mantendo a fábrica viva através de várias atividades ligadas ao turismo, eventos etc. O que é muito positivo. Sugeriu que seja incorporada uma recomendação que, uma vez tombado o bem, já se inicie um inventário participativo junto às operárias, que estão inclusive se reunindo na fábrica. O Iphan pode ser esse apoio para sanar essas lacunas nas narrativas. A Conselheira Márcia Sant'Anna acrescentou a sugestão de um aprofundamento da pesquisa histórica, sem prejuízo do inventário participativo. Todos concordaram com esses acréscimos: inventário participativo e aprofundamento da pesquisa histórica. Encerrado o debate, passou-se à votação. Votaram presencialmente os conselheiros Márcia Sant'Anna, Alessandra Ribeiro, Antônio Nogueira, Luciana Carvalho, Isabela Pereira, Desirée Tozi, Carlos Eduardo Comas, Sylvia Ficher, Rafael Morgado, Damiane Daniel Santos, Ricardo Oriá e Izabela Tamaso. Votou pelo Teams o Conselheiro Nivaldo Andrade. O presidente substituto declarou **APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O TOMBAMENTO**

**DA FÁBRICA DE TECIDOS SÃO LUIZ, em ITU, SP,** com as sugestões acrescidas. Agradeceram a todos e foi feita uma breve pausa, às 14h, para almoço. Todos regressaram do almoço e a reunião foi retomada às 15h com o **Processo nº 01450.005161/2015-18, que trata do Tombamento do Sítio histórico e arqueológico de São José do Queimado, em Serra - ES.** O Presidente Substituto Deyvesson passou a palavra ao Diretor Andrey Schlee, que apresentou o bem em discussão (6920962). Passou então a palavra para Conselheira Relatora Alessandra Ribeiro, para leitura de seu parecer. A Conselheira Alessandra Ribeiro iniciou agradecendo a experiência de ser conselheira, experiência que está ao final dado o fim de mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil, falou da emoção e do enorme aprendizado e do privilégio de poder contribuir em debates tão importantes. Procedeu à leitura de seu parecer (6918209). Os conselheiros Carlos Eduardo Comas e Sylvia Ficher parabenizaram a conselheira relatora, perguntaram quem foi o arquiteto que fez as intervenções e solicitaram que esse nome seja incluído no processo. A Conselheira Márcia Sant'Anna perguntou sobre o entorno, ao que o Diretor Andrey Schlee explicou que tem um tombamento mais estendido, a conselheira sugeriu assinalar esses pontos. A Conselheira Desirée Tozi acrescentou que esse processo expõe as muitas promessas de liberdade que foram feitas, às muitas negociações, até nosso povo se revoltar e partir para a luta. Esgotado o debate, passou-se à votação. O tombamento foi aprovado por unanimidade. Algo que era simples capela arruinada foi reconhecida por sua dimensão histórica, um acerto de contas com o passado. Votaram presencialmente as(os) conselheiras(os) Márcia Sant'Anna, Alessandra Ribeiro, Antônio Nogueira, Luciana Carvalho, Rafaela Felício, Isabela Pereira, Desirée Tozi, Flávio Carsalade, Carlos Eduardo Comas, Sylvia Ficher, Gustavo Rocha-Peixoto, Damiane Daniel Santos, Ricardo Oriá e Izabela Tamasso. Votaram *on line* os conselheiros Nivaldo Andrade, Rafael Morgado e Victor Leme. O Presidente Leandro Grass declarou **APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE SÃO JOSÉ DO QUEIMADO**, conjunto compreendido pelas ruínas da Igreja de São José e o cemitério, localizado em Serra, no Estado do Espírito Santo, com indicação de inscrição no livro do tombo histórico e livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico, conforme parecer da conselheira relatora. Presidente então se dirigiu aos convidados, *on line* e presenciais, agradeceu a presença da Deputada Federal Jacques Rocha e passou a palavra a ela. Ela disse que foi a primeira mulher negra a ser eleita Deputada Federal no estado do Espírito Santo, que o último navio negreiro que atracou no Brasil de forma clandestina foi no Estado do Espírito Santo. Esse tombamento é uma reparação histórica imensurável na história brasileira, mantém nossa ancestralidade, nossa fé e tudo o que significa isso para nossa população sudestina. Ela agradeceu em nome de todas(os) as(os) capixabas. Esse tombamento é uma decisão política e ações assim devem se manter perenes em todo o governo. Um equipamento como esse recupera não apenas a identidade do povo negro, mas também de toda nossa democracia. Fato histórico e simbólico. A Coordenadora-Geral Elisa Taveira que atualmente é servidora no Iphan sede mas já foi superintendente do Iphan no estado do Espírito Santo



agradeceu a todos também, desde 1970 não acontecia um tombamento no Espírito Santo. Sugeriu-se fazer um grande ato política da entrega com a presença de todos do Conselho para entrega deste tombamento. A Serra é o maior município em termos de população, no estado do Espírito Santo. Deixou a solicitação de realização de um ato em Serra com o registro desta ata para ser entregue à sociedade civil. O Superintendente do Iphan no Espírito Santo, Sr. Joubert Jantorno Filho também exaltou o reconhecimento tão necessário, decisão política de um governo que decidiu reconstruir a cultura e fazer as pazes com a história deste país, agradeceu à parecerista pela sensibilidade de tratar deste tema tão sensível, sobre um passado de luta mas também sobre um futuro de igualdade e equidade social no nosso país. Explicou que esse ato será no dia 26 de dezembro que é o dia do Serrano. O Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer da Serra, Anderson Magalhães Madeira, justificou a ausência do Prefeito Weverson Valcker Meireles, que é um entusiasta da cultura, falou da importância deste reconhecimento. A Coordenadora-Geral Vanessa Maria Pereira pediu uma salva de palmas para a servidora do Iphan Aretha Lecir Rodrigues dos Santos que atuou com empenho no processo e para o servidor do Iphan-ES, Filipe Oliveira. O Presidente Leandro Grass passou então ao último processo em pauta, o **Processo nº 01502.000323/2007-90, que trata do Tombamento do Terreiro de Jarê Palácio de Ogum, situado na Chapada Diamantina, município de Lençóis, estado da Bahia**. O diretor Andrey Schlee apresentou o bem (6920971). O Presidente Leandro Grass saudou a presença de Nalva Santos (representando os servidores do Iphan na Bahia), professor André Nascimento (diretor da Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia), Sandoval Amorim, Pedro Rangel, Vanessa Senna (Prefeita de Lençóis, Bahia), Hermano Fabrício Oliveira Guanais (Superintendente do Iphan na Bahia). Em seguida, foi exibido um vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=Awj-KPq6KvA>) sobre o bem em análise. Em seguida, passou-se a palavra para Conselheira Relatora Desirée Tozi, para leitura de seu parecer (6918161). O Presidente agradeceu imensamente e abriu a palavra para o debate. A Conselheira Márcia Sant'Anna mencionou que esse é o décimo terceiro terreiro sendo tombado. Desses treze, onze são da Bahia. É preciso ampliar isso. O Terreiro não é apenas uma atividade religiosa, mas sim a resistência da população negra no Brasil. Sugere que seja tombado um terreiro por exemplo no Rio Grande do Sul. Os inventários e a produção de conhecimento que eles geram são fundamentais, mas o Iphan precisa estabelecer uma política para esse reconhecimento. O Rio de Janeiro já tem inventário feito. É inexplicável que não tenhamos nenhum tombamento de terreiro no Rio de Janeiro até agora. É preciso testemunhar a diáspora afro baiana em direção ao Rio de Janeiro. Sugeriu que se passe de treze terreiros para cinquenta terreiros no Brasil todo. Mais uma vez agradeceu a todos que participaram deste processo, ao Pai Sandoval pela condução deste terreiro. É a Bahia oferecendo ao Brasil mais uma vez uma aula de cultural. A Conselheira Alessandra Ribeiro também parabenizou a todos, falou que conhecer o Jarê por esse parecer foi excelente. O Jarê para Chapada Diamantina tanto em termos de período histórico tanto quando para outras dimensões, tem grande correlação com

a Umbanda no sudeste. Se levarmos isso para o sudeste, em específico São Paulo, onde há uma perseguição e opressão que as umbandas sofrem, onde muitos terreiros são atacados com uma violência absurda, esse parecer serve de esperança para muitos terreiros paulistas. Conselheiro Flávio Carsalade reforçou sobre a necessidade de aumentar o número de proteção aos terreiros, que estão de fato ameaçados, inclusive por pressões imobiliárias. O Presidente Leandro Grass reforçou que existe sim essa estratégia nacional e questionamentos sobre como podemos induzir estados e municípios a enxergarem os terreiros como bens culturais. Os entes federativos precisam também tomar providências para essa proteção, em especial em questões fundiárias. Articular a política federal no bojo do pacto federativo, orientando os entes a adotarem estratégias nesta mesma direção. Encerrado o debate, passou-se à votação. Votaram as(os) conselheiras(os) Izabela Tamasso, Ricardo Oriá, Damiane Daniel Santos, Gustavo Rocha-Peixoto, Sylvia Ficher, Flávio Carsalade, Isabela Pereira, Rafaela Felício, Luciana Gonçalves Carvalho, Antônio Nogueira, Alessandra Ribeiro, Márcia Sant'Anna, Nivaldo Andrade e Victor Leme. O Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural Leandro Grass declarou **APROVADO PELO CONSELHO CONSULTIVO O TOMBAMENTO DO TERREIRO DE JARÊ PALÁCIO DE OGUM, SITUADO NA CHAPADA DIAMANTINA, MUNICÍPIO DE LENÇÓIS, ESTADO DA BAHIA**. O Presidente passou a palavra ao Superintendente do Iphan na Bahia, Hermano Fabricio Oliveira Guanais, que manifestou a satisfação de ver a conclusão deste trabalho coletivo e dedicar esse processo para a servidora Marinalva Santos, que acaba de se aposentar após 45 anos de dedicação ao Iphan e ao patrimônio negro do Brasil, ela é também de todos os terreiros. Ele dedicou também à Maria Paula, que foi aprovada em outro concurso e saiu do Iphan recentemente deixando um grande legado de produção de conhecimento ao Iphan. Ele dedicou também ao Sandoval e às comunidades de Jarê da Chapada Diamantina. O superintendente agradeceu ainda ao corpo técnico da superintendência do Iphan na Bahia, à toda a equipe do Depam, que vêm de forma muito impressionante promovendo grandes transformações no Iphan, na política de patrimônio cultural. Agradeceu também ao Professor André Nascimento, professor de administração da UFBA, que a universidade fez parceria com o Iphan e possibilitou elaborar documentação de extrema qualidade. Agradeceu também à Procuradoria Jurídica que fez o parecer em três dias. Agradeceu ainda à Prefeita de Lençóis, Vanessa Sena. Lençóis celebrou ano passado cinquenta anos de tombamento e tem relação muito boa com o Iphan. E finalmente agradecer à Desirée que aceitou redigir o parecer em tempo recorde. Por fim mostrou que a Chapada Diamantina teve Igatu e vários sítios reconhecidos e agora traz o olhar afroindígena e que ainda não tem um bem reconhecido. Existe um conjunto enorme de terreiros que precisam ter atenção e essa missão é uma missão compartilhada. O Iphan não vai conseguir fazer tudo, é preciso parcerias e envolvimento dos municípios e dos estados. Agradeceu ao Conselho Consultivo pelo apoio. O Presidente passou então a palavra à Prefeita de Lençóis. Vanessa Sena agradeceu ao Conselho pelo olhar atencioso à Chapada Diamantina, falou da importância do tombamento para a região, parabenizou ao Sandoval, agradeceu a todos os envolvidos. O Jarê é a cultura viva da Chapada

Diamantina. Relatou que o ICMBio, órgão do governo federal, chegou armado e destruiu todo o terreiro da Casa Branca, e o Ministério Público Federal foi acionado e o ICMBio reconheceu o seu erro e está ajudando a reconstruir o Terreiro. Os detentores então fizeram uso da palavra. Sandoval relatou que havia temor que o terreiro acabasse e com essa proteção esse temor está afastado. Relatou sobre o falecimento de quem geria o terreiro antes, que era o pai dele, e do compromisso dele de levar o terreiro adiante. Relatou todo esforço para reformar o terreiro, do prêmio que ganharam da Fundação Palmares, do livro que fizeram, e agora esse tombamento. O detentor Pedro fez uso da palavra e entregou ao Presidente o pedido de Registro do Terreiro. O Presidente então lembrou que um item da pauta do primeiro dia não foi possível de ser tratado e hoje também não foi possível tratar, que era a Revalidação do Maracatu Nação. O Conselheiro Antônio Nogueira enfatizou que esse Conselho está deixando hoje uma homenagem ao Carlos Sandroni. A Revalidação do Maracatu Nação ficou então para a próxima reunião, em março, como primeiro item de pauta. O Presidente convidou os conselheiros para a reunião de março, no Capanema, para a transição entre os antigos e os novos conselheiros. Fez a proposta do calendário de reuniões de 2026: 112ª Reunião nos dias 10 e 11 de março de 2026, no Rio de Janeiro, Edifício Capanema; 113ª Reunião nos dias 09 e 10 de junho de 2026; 114ª Reunião nos dias 15 e 16 de setembro de 2026; e 115ª Reunião nos dias 1º e 02 de dezembro de 2026. Passou em seguida a fazer um grande **agradecimento**, em forma de homenagem e despedida, aos dezesseis Conselheiros cujos mandatos não podem mais ser renovados, pro força do § 5º do Artigo 3º do Decreto 11.670, de 30 de agosto de 2023 e da Portaria de Pessoal MinC nº 50, de 07 de fevereiro de 2024 determinam que não é mais permitida outra recondução. Agradeceu nominalmente aos conselheiros das cinco entidades cujos mandatos estão se encerrando: Representantes da Associação Brasileira de Antropologia – ABA Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu, titular; e Izabela Maria Tamaso, suplente. Representantes da Associação Nacional de História - ANPUH: Márcia Regina Romeiro Chuva, titular; e Antônio Gilberto Ramos Nogueira, suplente. Representantes do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS/BRASIL: Flávio de Lemos Carsalade, titular; e Leonardo Barci Castriota, suplente. Representantes do Instituto de Arquiteturas do Brasil - IAB: Nivaldo Vieira de Andrade Junior, titular; e Flávia Brito do Nascimento, suplente. Representantes da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB: Loredana Marise Ricardo Ribeiro, titular; e Bruna Cigaran da Rocha, suplente. Agradeceu também nominalmente aos onze (11) conselheiros representantes da Sociedade Civil cujos mandatos terminam dia 06 de fevereiro de 2026 e que infelizmente não poderão ser reconduzidos: Alessandra Ribeiro Martins; Carlos Eduardo Dias Comas; Givânia Maria da Silva; Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá; José Ricardo Oriá Fernandes; Luciana Gonçalves de Carvalho; Márcia Genésia de Sant'Anna; Nadia Somekh; Nelson Fernando Inocencio da Silva; Sylvia Ficher; e Tânia Nunes Galvão Verri. Enfatizou um enorme agradecimento a todos! A **Conselheira Sylvia Ficher** pediu a palavra para expressar sua preocupação e fazer sugestão sobre o **Santuário de Matosinhos, em Congonhas - MG.** Explicou que entre as intenções

dela ao aceitar o convite para integrar o Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural na qualidade de Conselheira foi aproveitar a ocasião para fazer exatamente este pleito. Lembrou seu pai, um apaixonado por arquitetura que tinha por gosto levar a família para conhecer aquelas obras que mais admirava. Foram várias excursões ao longo dos anos. A Conselheira relatou que ficou muito marcada por esses passeios, como o tour das cidades históricas de Minas Gerais, feito por volta de 1962, quando tinha uns catorze anos. Ou seja, há mais de sessenta anos. E foi Congonhas que mais a impressionou. Ela relatou que tem a perfeita memória do encanto com o conjunto dos profetas, obra máxima do Aleijadinho. Porém, ao mesmo tempo, ficou chocada, criança que era, com o desrespeito que as esculturas vinham sofrendo. São vandalismos extensos que as esculturas continuam sofrendo. Desde então já entendia que esse conjunto escultórico deve ser protegido mais adequadamente, não só das intempéries, mas também dos maus tratos, verdadeiros atos de violência causados por visitantes que, com absoluto desrespeito, têm perverso gozo em arrancar dedos de profetas, além de fazer inscrições imbecis do tipo “fulaninho esteve aqui”. O David de Michelangelo, instalado em 1504 na *Piazza della Signoria*, em Florença, foi transferido em 1873 de sua localização a céu aberto para a Galeria da Academia. Em 1910, no local foi instalada uma réplica. E frisou que uma réplica é, de fato, a solução correta. A Conselheira prosseguiu explicando que o mais relevante é não permitir que bens dessa importância e fragilidade continuem sendo destruídos por condições climáticas e por vandalismos, isso em nome de uma autenticidade nessas condições secundária. Já passou da hora de os Profetas de Congonhas serem substituídos por réplicas para receber condições adequadas de abrigo e fruição, transferidos para abrigo apropriado, o qual, inclusive, já está parcialmente construído: o Museu de Congonhas, projeto do Arquiteto Gustavo Penna. Afinal, se uma réplica é boa para Florença, já é tempo de termos doze réplicas para o Santuário de Matosinhos. O Presidente Leandro Grass agradeceu à Conselheira por trazer esta demanda, disse que concorda com a Conselheira Sylvia Ficher, pois há de fato vandalismo, há poluição em decorrência da mineração, disse que irá acelerar as negociações com a igreja, com a prefeitura, e dará andamento a esse assunto, levará isso adiante como uma demanda do Conselho. O Presidente fez ainda um breve apanhado de todos os resultados do Conselho, mencionou todo o trabalho desenvolvido, que consta do Relatório de Atividades do Conselho anos 2024/2025 (6932815), que exhibe que de fato foi realizado muito trabalho, com muita dedicação, muito esforço de cada um e de cada uma que compôs o Conselho nesses dois anos de mandato. Agradeceu toda a dedicação com o patrimônio brasileiro e com o país. Encerrada a pauta e não havendo mais falas, o Presidente Leandro Grass agradeceu a participação de todos, agradeceu aos(às) intérpretes de libras, agradeceu aos(às) conselheiros(as) e deu por encerrada a reunião; ficando lavrada por mim, Leila Giandoni Ollaik, no exercício do encargo de Secretária-Executiva do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata, da qual dou fé e assino.

Leandro Antônio Grass Peixoto  
Presidente do Iphan

Leila Giandoni Ollaik  
Secretária-Executiva do Conselho

Alessandra Ribeiro Martins  
Representante da Sociedade Civil

Ana Caroline Gelmini  
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram

Antônio Nogueira  
Associação Nacional de História - ANPUH

Carlos Eduardo Dias Comas  
Representante da Sociedade Civil

Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos  
Ministério da Educação - MEC

Desirée Tozi  
Ministério da Cultura - MinC

Flávio de Lemos Carsalade  
Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus ICOMOS

Gustavo Rocha-Peixoto  
Representante da Sociedade Civil

Isabela Oliveira Pereira  
Ministério das Cidades

Izabela Tamaso  
Associação Brasileira de Antropologia - ABA

José Ricardo Oriá Fernandes  
Representante da Sociedade Civil

Karkaju Pataxó  
Representante do Ministério dos Povos Indígenas - MPI

Loredana Marise Ricardo Ribeiro  
Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB

Luciana Gonçalves de Carvalho  
Representante da Sociedade Civil

Márcia Sant'Anna  
Representante da Sociedade Civil

Nádia Somekh  
Representante da Sociedade Civil

Naine Terena  
Representante da Sociedade Civil

Natalete Oliveira da Silva  
Ministério da Cultura - MinC

Nelson Fernando Inocêncio da Silva  
Representante da Sociedade Civil

Nivaldo Andrade  
Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB

Pedro Cunha  
Ministério do Meio Ambiente - MMA

Rafael Costa Morgado  
Ministério do Turismo - MTur

Rafaela Alves Felício  
Instituto Brasileiro de Museus - Ibram

Samara Candeira Pinho de Souza  
Ministério da Igualdade Racial - MIR

Sylvia Ficher  
Representante da Sociedade Civil

Tânia Nunes Galvão Verri  
Representante da Sociedade Civil

Victor Leme  
Ministério da Igualdade Racial - MIR

Observação: a íntegra da reunião está disponível no YouTube.

Dia 25 de novembro de 2025 manhã: [https://www.youtube.com/watch?v=or9vmdd\\_ztY](https://www.youtube.com/watch?v=or9vmdd_ztY)

Dia 25 de novembro de 2025 tarde: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8tQKJZlf5Y>

Dia 26 de novembro de 2025 manhã: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_Sj52jtgZgk](https://www.youtube.com/watch?v=_Sj52jtgZgk)

Dia 26 de novembro de 2025 tarde: <https://www.youtube.com/watch?v=5zw0bnSZ8K0>



Documento assinado eletronicamente por **Leila Giandoni Ollaik, Secretária-Executiva do Conselho Consultivo**, em 09/12/2025, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karkaju Pataxó Cahu Lopes, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Gelmini de Faria, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Oriá Fernandes, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalete Oliveira da Silva, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELA ALVES FELICIO, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro Martins, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Costa Morgado Soares Braga, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 11:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GONCALVES DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Oliveira Pereira, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sylvia Ficher, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA GENÉSIA DE SANT'ANNA, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO VIEIRA DE ANDRADE JÚNIOR, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABELA MARIA TAMASO, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Nunes Galvão Verri, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Desiree Ramos Tozi, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Samara Candeira Pinho de Souza, Usuário Externo**, em 09/12/2025, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Antonio Grass Peixoto, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, em 09/12/2025, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Somekh, Usuário Externo**, em 11/12/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **6963675** e o código CRC **5DA7C4C4**.

---